



A economia que precisamos

Declaração do movimento de Economia Social e Solidária à Rio +20

Esta declaração foi elaborada pelo Conselho de Administração da Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS), reunido no Rio de Janeiro, tomando como base as discussões e deliberações sobre a Rio+20 do V Encontro Latinoamericano e Caribeño de Economía Solidária e Comércio Justo e com aportes de representantes dos demais continentes.

Se estiver de acordo com os conteúdos desta declaração, agradecemos que a divulguem e a assinem antes do final do dia 18 de junho na seguinte página web: <http://www.ripeSS.org/ripeSS-declaracao-rio20>

A Cúpula dos Povos e a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável da Rio +20 acontecem em um momento de crise da civilização que se expressa através de múltiplas crises: alimentar, ecológica, energética, financeira, social e de representação política, e não é com esse mesmo pensamento e o mesmo modelo de sociedade que gerou estas crises que sairemos dela!

A chamada economia verde, tal como é apresentada pelos governos e multinacionais, nada mais é que uma extensão deste modelo através da mercantilização dos bens comuns como nova frente de expansão do capitalismo em crise, enquanto a economia solidária é um caminho para a sua emancipação.

Em todos os continentes, nas comunidades, regiões e países existem iniciativas econômicas e sociais em muitos setores que demonstram a viabilidade concreta e viva de outros modelos de desenvolvimento, de organização da economia e de sociedade, onde a vida, a pluralidade, a autogestão, a justiça ambiental e social definem uma economia solidária diferenciada da economia do capital. A economia solidária é um movimento social que, com outros, contribui para consolidar uma verdadeira democracia econômica e política.

A criação da Agencia Internacional Ambiental proposta pela PNUMA não poderá resolver os desafios de governança mundial. É imperativo que as ferramentas e instituições de governança sejam transformadas para basear-se estruturalmente em processos contínuos de consulta e de participação de todos os setores da sociedade, a nível local, regional e internacional, e que estas não estejam dominadas pelos maiores contribuintes financeiros nem geridas por “especialistas”. É necessário o respeito e o reconhecimento da soberania dos povos e das comunidades, pois são estes que têm a legitimidades e a capacidade de levar a cabo um desenvolvimento solidário que assegure a preservação dos bens comuns.

A economia solidária constrói modelos de produção e de serviços com e para todas e todos. Estas iniciativas não podem ser consideradas como simples “programas de reparação e de luta contra a pobreza”. Pelo contrário, elas garantem intrinsecamente a justiça em todas as suas dimensões, enquanto desenvolvem atividades econômicas, sem gerar concentração de riquezas materiais ou financeiras, nem criação de pobreza. A economia solidária estabelece sistemas equitativos de comercialização, de finanças e de moedas sociais a serviço das economias reais, circuitos curtos entre produtores e consumidores, soberania alimentar, entre outras alternativas concretas.

O movimento da economia solidária, com outros movimentos de transformação da sociedade, encarna um projeto verdadeiramente democrático, de respeito aos direitos das mulheres e dos homens, do trabalho, cívicos, da diversidade de culturas e da natureza para o bem viver (*buen vivir*) dos povos.

A Rio +20 só responderá aos desafios impostos se os governos participantes se orientarem a partir do que os movimentos sociais estão construindo como verdadeira alternativa para o futuro da humanidade sobre a Terra.

Rio de Janeiro, junho de 2012